



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 74, de 2018, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.*

Relator: Senadora **KÁTIA ABREU**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Glivânia Maria de Oliveira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

A indicada é filha de João Teófilo de Oliveira e Zilda Lara de Oliveira e nasceu em Monte Carmelo/MG, em 19 de janeiro de 1962. É



SF/18772.83597-96



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1984). A diplomata possui, ainda, mestrado em Teoria Política pela Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres [*London School of Economics and Political Science* (LSE)], Londres, Reino Unido (1992). A Embaixadora Glivânia de Oliveira iniciou sua carreira como Terceira-Secretária em 1986, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheira em 2003; a Ministra de Segunda Classe em 2007; e a Ministra de Primeira Classe em 2013, sempre por merecimento. Em 2007, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Chefe substituta da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (1999/2000); Assistente da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço (2000/01); Chefe da Divisão de Nações Unidas (2004/08); Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral (2010/11); Diretora do Departamento de Organismos Internacionais (2011/13); e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores (2013/14).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeira-Secretária na Embaixada em Londres (2001/04); Ministra-Conselheira na Embaixada em Assunção (2008/10) e Consulesa-geral no Consulado-Geral do Brasil em Boston (de 2015 até o presente).

Além do currículo da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Panamá, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Panamá está situado no ponto mais estreito da parte continental da América Central, no istmo que se estende até a América do Sul. O país é dividido ao meio pelo canal do Panamá, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico. Anualmente, cerca de 14 mil embarcações (5% do comércio marítimo mundial) cruzam os 82 quilômetros do canal. A economia do país está baseada nas atividades financeiras, nas rendas obtidas





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

com a zona de livre-comércio de Colón, na exploração do canal e no registro de navios mercantes.

Nos últimos anos, o país tem se destacado pelo rápido crescimento econômico, que tem fundamento em uma economia aberta com crescentes fluxos internacionais, bem como em um superlativo investimento em infraestrutura, com destaque para a inauguração do novo canal ampliado em 2016. Some-se a isso o rápido desenvolvimento do aeroporto internacional de Tocumen como importante *hub* de conexões para voos regionais.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1904, data o reconhecimento pelo governo brasileiro da independência do Panamá. Em 1907, ocorre a entrega de credenciais ao governo panamenho pelo primeiro representante brasileiro, então residente em Havana. No ano seguinte, é nomeado o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, o Sr. Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, presidente da República.

O relacionamento bilateral ganha dinamismo, entretanto, no romper deste século com as visitas oficiais dos presidentes Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, e Fernando Henrique Cardoso ao Panamá, em 2002. Desde então, têm sido frequentes encontros presidenciais, bem como de autoridades de elevado escalão. Assim, por exemplo, o encontro em março de 2018 entre os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo, à margem do foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.

Esse quadro tende a se perpetuar à vista da circunstância de o Panamá possuir economia cada vez mais dinâmica e em franco crescimento [5,4% (2017) e 5,6% (2018)], para além de ser base logística de comércio e serviços. No tocante ao comércio bilateral, ele é historicamente superavitário em relação ao Brasil. Do total de US\$ 643 milhões apurado em 2017, as exportações brasileiras respondem por 98,4% desse valor. Nossa pauta exportadora é composta sobretudo por produtos manufaturados (máquinas e equipamentos, chapas de alumínio, combustíveis, sementes e petróleo). Importamos resíduos de alumínio, peixes congelados, memórias digitais e equipamentos eletrônicos.



SF/18772.83597-96



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

Em relação aos assuntos consulares, a comunidade brasileira no Panamá é estimada em 2.000 pessoas. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com o serviço consular da Embaixada.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/18772.83597-96